Freguesia) com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 18 de Janeiro;

Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro (Quadro de Transferências de Atribuições e Competências para as Autarquias Locais);

Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 157/2001, de 11 de Maio, e Lei n.º 117/99, de 11 de Agosto, (Regime de Férias, Faltas e Licenças).

Conhecimentos específicos:

Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro — alterado pela Lei n.º 162/99, de 14 de Setembro (POCAL).

Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto (Lei das Finanças Locais).

A avaliação curricular visa avaliar as aptidões dos candidatos, tendo em conta os seguintes factores:

Habilitações académicas de base;
Formação profissional e experiência profissional.

Na classificação final será adoptada a escala de 0 a 20 valores sendo excluídos os candidatos que obtenham classificação inferior a 9,50 valores, e será obtida pela aplicação da seguinte fórmula:

$$CF = \frac{PC + AC}{2}$$

em que:

CF = classificação final;
PC = prova de conhecimentos;
AC = avaliação curricular.

8 — Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de actas de reuniões do júri do concurso, sendo as mesmas facultadas aos candidatos sempre que solicitado.

9 — Local de trabalho — será na área da freguesia.

10 — Regime de estágio:

10.1 — O provimento definitivo na categoria será precedido da realização de estágio que terá carácter probatório e a duração de um ano.

10.2 — A frequência do estágio será feita em regime de contrato administrativo de provimento, no caso de indivíduos não vinculados à Administração Pública, e em regime de comissão de serviço extraordinária, nos restantes casos.

10.3 — Os estagiários aprovados com classificação igual ou superior a *Bom* (14 valores) serão providos a título definitivo no lugar vago, de técnico superior de 2.ª classe.

O contrato administrativo de provimento do estagiário aprovado no estágio para o qual exista vaga, considera-se automaticamente prorrogado até à data de aceitação da nomeação.

10.4 — A não admissão do estagiário não aprovado, implica o regresso ao lugar de origem (para indivíduos vinculados) ou a imediata rescisão do contrato, sem direito a qualquer indemnização (para não vinculados).

10.5 — A avaliação e classificação final do estagiário será feita de harmonia com o disposto no n.º 3 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 265/85, de 28 de Julho, tendo em conta os seguintes princípios:

10.5.1 — A avaliação e classificação final competem ao júri de estágio;

10.5.2 — A avaliação e classificação final terão em atenção o relatório de estágio a apresentar pelo estagiário, a classificação de serviço obtida durante o período de estágio e sempre que possível os resultados de formação profissional;

10.5.3 — A classificação final traduzir-se-á na escala de 0 a 20;

10.5.4 — Em matéria de constituição, composição competência do júri, homologação e recursos, aplicam-se as regras previstas na lei geral sobre concursos na função pública, com as necessárias adaptações.

11 — Remuneração mensal — índice 321, escalão 1, a que corresponde 1033,36 euros, do Novo Sistema Retributivo.

12 — As condições de trabalho e as regalias são as genericamente vigentes e aplicáveis aos funcionários e agentes da Administração Pública.

13 — A relação de candidatos admitidos e a lista de classificação final dos concorrentes serão fixadas na Junta de Freguesia de Marateca, ou, se for caso disso, publicadas na 3.ª série do *Diário da República* (parte especial).

14 — Fundamentação legal — as regras constantes do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho,

Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro, Decreto-Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, e Decreto-Lei n.º 265/88, de 28 de Julho (artigo 5.º).

15 — As falsas declarações prestadas pelos concorrentes serão punidas nos termos da lei.

16 — Conteúdo funcional:

Propõe acções que visem o apoio à tomada de decisões ao nível superior no domínio financeiro, nomeadamente no que concerne à obtenção, utilização e controlo dos recursos financeiros;

Planifica, organiza e coordena a execução da contabilidade, respeitando as normas legais e os princípios contabilísticos geralmente aceites; exerce funções de consultadoria em matéria de âmbito financeiro; assume a responsabilidade pela regulamentação técnica nas áreas contabilística e fiscal; verifica toda a actividade financeira, designadamente o cumprimento dos princípios legais relativos à arrecadação das receitas e à realização das despesas; organiza e verifica a elaboração dos documentos previsionais, suas revisões e alterações, bem como os documentos de prestação de contas.

17 — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

18 — Nos termos do n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro, em caso de igualdade de classificação o candidato com deficiência tem preferência, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal.

Em conformidade com o artigo 6.º do mesmo diploma legal, os candidatos com deficiência devem declarar, no requerimento de admissão, sob compromisso de honra, o respectivo grau de incapacidade e tipo de deficiência devendo ainda mencionar todos os elementos necessários ao disposto no artigo 7.º do mesmo decreto-lei.

19 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei.

21 de Novembro de 2006. — O Presidente da Junta, *Faustino Santos*.
1000308241

JUNTA DE FREGUESIA DE SINES

Aviso n.º 19/2006

Concurso interno de acesso limitado para provimento de dois lugares de técnico de informática adjunto de nível II.

António Gonçalves Correia, presidente da Junta de Freguesia de Sines, torna público que, na sequência do concurso mencionado em epígrafe e em cumprimento do disposto na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, e por deliberação do executivo, em reunião ordinária de 13 de Novembro de 2006, foram nomeadas na categoria de técnica de informática-adjunto de nível 2, escalão 1, índice 244, as candidatas Mónica Alexandra Fortunato Pinela e Raquel Alexandra Caetano Silva Raposo Costa.

As candidatas deverão aceitar o lugar nos 20 dias imediatos ao dia da publicação do presente aviso no *Diário da República*. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

17 de Novembro de 2006. — O Presidente da Junta, *António Gonçalves Correia*.
1000308219

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS

Aviso

Nomeação de técnico superior principal (engenharia civil)

Para os devidos efeitos se torna público que o conselho de administração, em sua reunião de 21 de Novembro de 2006, deliberou, nos termos do n.º 1 do artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, conjugado com o disposto no artigo 4.º e no n.º 8 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, na sua actual